

2012



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA**

Seleção de Estágio Curso de Direito

Prova Objetiva

LEIA COM ATENÇÃO:

- ✓ A duração das provas objetiva e subjetiva será de 3 (três) horas;
- ✓ Cada questão de Língua Portuguesa vale 0,40 (quarenta centésimos) de ponto;
- ✓ Cada questão de Direito vale 0,60 (sessenta centésimos) de ponto;
- ✓ O Cartão de Respostas é único, não podendo ser substituído;
- ✓ Para cada enunciado deverá ser marcada apenas uma das alternativas disponíveis;
- ✓ Não será permitida ao candidato qualquer espécie de consulta à legislação, livros, ou qualquer texto impresso ou manuscrito, nem a utilização de aparelhos celulares, agendas eletrônicas ou qualquer dispositivo eletrônico de comunicação de dados, som ou sinais eletromagnéticos;
- ✓ Não serão admitidas no cartão de resposta da prova objetiva qualquer rasura, aplicação de corretivo ortográfico ou utilização de borracha ou similar;
- ✓ Deverão ser devolvidos ao fiscal de sala o cartão de resposta e o caderno de questões da prova objetiva;
- ✓ O candidato deverá, ainda, atender às demais condições dispostas no Edital de Seleção.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2012

CANDIDATO(A):

Nº. DE INSCRIÇÃO:

Questões de Língua Portuguesa

TEXTO I

CANTIGA DE ESPONSAIS

[...]Chama-se Romão Pires; terá sessenta anos, não menos, nasceu no Valongo, ou por esses lados. É bom músico e bom homem; todos os músicos gostam dele. [...]

Acabou a festa[...]. Ei-lo que desce do coro, apoiado na bengala; vai à sacristia beijar a mão aos padres e aceita um lugar à mesa do jantar. Tudo isso indiferente e calado. Jantou, saiu, caminhou para a Rua da Mãe dos Homens, onde reside, com um preto velho, pai José [...].

Ah! se mestre Romão pudesse seria um grande compositor. Parece que há duas sortes de vocação, as que têm língua e as que a não têm. As primeiras realizam-se; as últimas representam uma luta constante e estéril entre o impulso interior e a ausência de um modo de comunicação com os homens. Romão era destas. Tinha a vocação íntima da música; trazia dentro de si muitas óperas e missas, um mundo de harmonias novas e originais, que não alcançava exprimir e pôr no papel. Esta era a causa única de tristeza de mestre Romão. [...] Não é que não rabiscasse muito papel [...] mas tudo lhe saía informe, sem ideia nem harmonia. Nos últimos tempos tinha até vergonha da vizinhança, e não tentava mais nada.

E, entretanto, se pudesse, acabaria ao menos uma certa peça, um canto esponsalício, começado três dias depois de casado, em 1779. A mulher, que tinha então vinte e um anos, e morreu com vinte e três, não era muito bonita, nem pouco, mas extremamente simpática, e amava-o tanto como ele a ela. Três dias depois de casado, mestre Romão sentiu em si alguma coisa parecida com inspiração. Ideou então o canto esponsalício, e quis compô-lo; mas a inspiração não pôde sair. [...] Algumas notas chegaram a ligar-se; ele escreveu-as; obra de uma folha de papel, não mais. Teimou no dia seguinte, dez dias depois, vinte vezes durante o tempo de casado. Quando a mulher morreu, ele releu essas primeiras notas conjugais, e ficou ainda mais triste, por não ter podido fixar no papel a sensação de felicidade extinta.

— Pai José — disse ele ao entrar —, sinto-me hoje adoentado.

— Sinhô comeu alguma coisa que fez mal...

— Não; já de manhã não estava bom. Vai à botica...[...]

"Está acabado", pensava ele.

Um dia de manhã, o médico achou-o realmente mal; e foi isso o que ele lhe viu na fisionomia por trás das palavras enganadoras:

— Isto não é nada; é preciso não pensar em músicas...

Em músicas! Justamente esta palavra do médico deu ao mestre um pensamento. Logo que ficou só, com o escravo, abriu a gaveta onde guardava desde 1779 o canto esponsalício começado. Releu essas notas arrancadas a custo, e não concluídas. E então teve uma ideia singular: — rematar a obra agora, fosse como fosse; qualquer coisa servia, uma vez que deixasse um pouco de alma na terra.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2012

— Quem sabe? Em 1880, talvez se toque isto, e se conte que um mestre Romão...

[...] Pela janela viu na janela dos fundos de outra casa dois casadinhos de oito dias, debruçados, com os braços por cima dos ombros, e duas mãos presas. Mestre Romão sorriu com tristeza.

— Aqueles chegam — disse ele —, eu saio. Comporei ao menos este canto que eles poderão tocar...

Sentou-se ao cravo; reproduziu as notas e chegou ao *lá*...

— *Lá, lá, lá*...

Nada, não passava adiante. E contudo, ele sabia música como gente. *Lá, dó... lá, mi... lá, si, dó, ré... ré... ré...*

Impossível! Nenhuma inspiração. [...] Para completar a ilusão, deitava os olhos pela janela para o lados casadinhos. [...] Nesse momento, a moça embebida no olhar do marido, começou a cantarolar à toa, inconscientemente, uma coisa nunca antes cantada nem sabida, na qual coisa um certo *lá* trazia após si uma linda frase musical, justamente a que mestre Romão procurara durante anos sem achar nunca. O mestre ouviu-a com tristeza, abanou a cabeça, e à noite expirou.

ASSIS, Machado de. Cantiga de esponsais. In: **O alienista e outros contos**. São Paulo: Moderna, 1997, p. 78.

01. É correto afirmar que Mestre Romão nunca conseguiu realizar-se como compositor:

- a) Por falta de uma musa inspiradora.
- b) Por falta de conhecimentos musicais.
- c) Por falta de inspiração.
- d) Por falta de vocação para a música.
- e) Por falta de competência.

02. Releia o trecho:

“**Jantou**, **saiu**, **caminhou** para a Rua da Mãe dos Homens, onde **reside**, com um preto velho, pai José, que é a sua verdadeira mãe, e que neste momento **conversa** com uma vizinha.”

É correto afirmar que:

- a) Todos os verbos em destaque têm regência idêntica.
- b) Os verbos “jantou” e “saiu” são Intransitivos, enquanto “reside”, “caminhou” e “conversa” são Transitivos Indiretos.
- c) Todos os verbos em destaque são Intransitivos.
- d) Todos os verbos em destaque são Transitivos Diretos.
- e) Apenas um dos cinco verbos é Transitivo Indireto, e os demais são Intransitivos.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2012

03. Considere o trecho transcrito a seguir:

“As **primeiras** realizam-se; as **últimas** representam uma luta constante e estéril entre o impulso interior e a ausência de um modo de comunicação com os homens. Romão era **destas**.”

Os termos em destaque referem-se, respectivamente:

- Às sortes de vocações/ às vocações que não têm língua / às sortes de vocações.
- Às vocações que não têm língua / às vocações que não têm língua / às vocações que têm língua.
- Às vocações que têm língua / às vocações que têm língua / às vocações que têm língua.
- Às vocações que têm língua / às vocações que não têm língua / às vocações que não têm língua.
- Às primeiras vocações que têm língua / às vocações que não têm língua / às últimas vocações.

04. Quanto à análise do período composto, considere os trechos:

- “Não lhe chamo a atenção para os padres e os sacristães, nem para o sermão, nem para os olhos das moças cariocas, **que já eram bonitos nesse tempo** [...].”
- “Parece **que há duas sortes de vocação** [...].”
- “**Quando a mulher morreu**, ele releu essas primeiras notas conjugais, [...].”
- “E, entretanto, **se pudesse**, acabaria ao menos uma certa peça, um canto sponsalício, [...].”

É correto afirmar que:

- Em I e III, ocorrem orações subordinadas adjetivas explicativas.
- Apenas em II, a oração em destaque é subordinada substantiva subjetiva.
- Apenas em IV, a oração em destaque é subordinada adverbial concessiva.
- Em I, a oração em destaque é subordinada adjetiva restritiva.
- Ocorre oração subordinada adverbial temporal em IV.

05. Observe o uso da pontuação no trecho transcrito a seguir:

“— Mestre Romão lá vem, pai José — disse a vizinha.
— Eh! eh! adeus, sinhá, até logo.”

Tanto na fala da vizinha quanto na fala de pai José, as vírgulas foram empregadas para isolar o:

- Objeto direto.
- Sujeito.
- Aposto.
- Vocativo.
- Verbo.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2012

06. O efeito da criação musical da vizinha recém-casada sobre Mestre Romão foi de:

- a) Profunda admiração e tristeza.
- b) Profunda frustração e desistência.
- c) Profunda tristeza e respeito.
- d) Profundo pesar e inveja.
- e) Profunda tristeza e respeito.

07. Releia os trechos:

- I. “[...] e amava-o tanto como ele a ela.”
- II. “[...] e quis compô-lo [...].”
- III. “[...] ele escreveu-as [...]”.
- IV. “[...] disse ele ao entrar [...]”.
- V. “[...] o médico achou-o realmente mal [...]”.

Sintaticamente, cada termo em destaque nos trechos acima exerce a função, respectivamente, de:

- a) Objeto indireto / objeto direto / objeto direto / sujeito / objeto indireto.
- b) Objeto indireto / objeto indireto / objeto indireto / sujeito / objeto indireto.
- c) Objeto indireto / objeto direto / objeto direto / objeto direto / objeto indireto.
- d) Objeto indireto / objeto direto / objeto direto / objeto indireto / objeto indireto.
- e) Objeto direto / objeto direto / objeto direto / sujeito / objeto direto.

08. Considerando-se o Novo Acordo Ortográfico, releia o trecho:

“Sobre uma cadeira, ao pé, alguns papéis de música; nenhuma dele...”

A acentuação do termo “papéis”, conforme o Novo Acordo Ortográfico, justifica-se pela mesma regra de acentuação do termo:

- a) Idéia
- b) b) Heróico
- c) c) Heróis
- d) d)Assembléia
- e) e) Jóia



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2012

TEXTO II

09. Considere a charge a seguir:



Disponível em: <http://guinablogspot.blogspot.com.br/2011/06/reforma-ortografica-convivendo-com-essa.html>
Conforme o Novo Acordo Ortográfico, como seria o termo mencionado na charge?

- a) Com acento, do mesmo modo que lemos na charge.
- b) Sem acento, pois se trata da não acentuação do hiato aberto "oi".
- c) Sem acento, pois se trata da não acentuação do ditongo aberto "oi" em palavras paroxítonas.
- d) Com acento, por se tratar de hiato aberto "oi" em palavra oxítona.
- e) Sem acento, pois se trata da não acentuação do ditongo aberto "oi" em palavras oxítonas.

10. Todos os termos em destaque são adjuntos adnominais, **exceto**:

- a) "[...] aceita um lugar à mesa **do jantar**"
- b) "Ei-lo que desce **do coro** [...]."
- c) "Justamente esta palavra **do médico** deu ao mestre um pensamento."
- d) "Nesse momento, a moça embebida no olhar **do marido**, começou a cantarolar à toa [...]."
- e) "[...] ausência de um modo **de comunicação** com os homens."



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2012

Questões de Direito

11. São fundamentos do Estado Democrático de Direito da República Federativa do Brasil, exceto:

- a) a cidadania;
- b) a dignidade da pessoa humana;
- c) o pluralismo político;
- d) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- e) a igualdade entre os Estados.

12. Relativamente aos direitos e garantias fundamentais, é incorreto afirmar que:

- a) Todos são iguais perante a lei, garantindo-se aos brasileiros e a todos os estrangeiros a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- b) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- c) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.
- d) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- e) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

13. Analise as assertivas e assinale a correta:

I- Compete ao Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar, originalmente, os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.

II- O Supremo Tribunal Federal é composto por onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

III- Funcionará junto ao Superior Tribunal de Justiça a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e o Conselho da Justiça Federal.

IV- O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão da maioria absoluta dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário.

V- Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originalmente, a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.

- a) Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2012

- b) Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.

14. Compõem o Conselho Superior da Magistratura:

- a) O Presidente, o Vice- Presidente e o Corregedor-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça;
- b) Os cinco Desembargadores mais antigos do Tribunal de Justiça;
- c) Os cinco Desembargadores eleitos pelo Órgão Especial;
- d) Os cinco Desembargadores eleitos pela totalidade dos Desembargadores do Tribunal de Justiça;
- e) O Presidente, o Vice-Presidente e três outros Desembargadores eleitos pelo Órgão Especial.

15. Compete privativamente aos tribunais, exceto:

- a) Organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva.
- b) Prover, na forma prevista na Constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição.
- c) Criar novas varas judiciárias.
- d) Conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juízes e servidores que lhes forem imediatamente vinculados.
- e) Elegger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos.

16. O Ministério Público Eleitoral:

- a) É um órgão do Ministério Público dos Estados.
- b) É um órgão do Ministério Público Federal.
- c) É um órgão do Ministério Público da União.
- d) Não integra o rol dos órgãos do Ministério Público definido pela Constituição da República.
- e) É um órgão do Superior Tribunal Eleitoral.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2012

17. De acordo com os Princípios da Administração Pública, todas as alternativas estão corretas, exceto:

- a) Atos *contra legem* ou *praeterlegem* praticados pela Administração são inválidos e podem ter sua invalidade decretada pela própria Administração que o haja editado.
- b) Uma obra realizada pelo Estado do Rio de Janeiro foi realizada pelo governador Sérgio Cabral no ano de 2011, visando atender às comunidades atingidas pelas chuvas.
- c) Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade vêm sendo frequentemente utilizados pelo STF no controle de constitucionalidade de leis.
- d) O Estado atua em benefício da coletividade; toda sua atuação deve estar voltada para o interesse público, sob pena de restar maculada pelo vício do desvio de finalidade.
- e) Na hipótese de revogação de um ato válido que se tornou inconveniente, somente a própria Administração que editou o ato tem a possibilidade de controle.

18. Quanto aos entes da Administração Pública, é incorreto afirmar que:

- a) A descentralização administrativa é efetivada por meio de outorga quando o Estado cria uma entidade e a ela transfere, por lei, determinado serviço público.
- b) A descentralização é efetivada por meio de delegação quando o Estado transfere, por contrato ou ato unilateral, unicamente a execução do serviço, para que o ente delegado o preste ao público em seu próprio nome, sob fiscalização do Estado.
- c) A desconcentração pressupõe, obrigatoriamente, a existência de uma só pessoa jurídica.
- d) Entidades paraestatais são pessoas jurídicas privadas que, sem integrar a estruturada Administração Pública, colaboram com o Estado no desempenho de atividades não lucrativas.
- e) O Poder Legislativo da esfera respectiva (federal, estadual, distrital ou municipal) deverá editar uma lei complementar que especificamente dê surgimento à autarquia.

19. Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as causas em que as empresas públicas federais forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, serão processadas e julgadas pela Justiça Federal.
- b) Os consórcios públicos não poderão ser constituídos como pessoas jurídicas de direito privado.
- c) Os consórcios públicos são celebrados sempre entre entes da mesma espécie.
- d) Em nenhuma hipótese, um consórcio público poderá ser criado sem participação do Poder Legislativo de cada um dos entes federados consorciados.
- e) O consórcio público está sujeito à fiscalização contábil e operacional, mas não patrimonial do Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Executivo representante legal do consórcio.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2012

20. Aponte a assertiva que não está relacionada à Delegação de Atos Administrativos:

- a) Pode ser feita para órgãos ou agentes subordinados, mas ela também é possível, mesmo que não exista subordinação hierárquica.
- b) Deve ser de apenas parte da competência do órgão ou agente, não de todas as suas atribuições.
- c) O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.
- d) O ato de delegação pode, ou não, conter ressalva de exercício da atribuição delegada.
- e) A regra geral é a não possibilidade de delegação de competência, não sendo esta admitida se houver impedimento legal.

21. São formas de provimento de cargo público, exceto:

- a) Aproveitamento
- b) Promoção
- c) Ascensão
- d) Readaptação
- e) Reversão

22. A Lei 8.112, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis, não estabelece que:

- a) O concurso será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuseram a lei e o regulamento do respectivo plano de carreira, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado no edital, ainda que dispensável ao seu custeio.
- b) A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.
- c) A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.
- d) Em se tratando de servidor, que esteja na data de publicação do ato de provimento sob algum dos impedimentos previstos em lei, o prazo será contado do término do impedimento.
- e) Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

23. Dentro do direito de petição, há inúmeras modalidades de recursos administrativos. Não constitui essa modalidade:

- a) Representação.
- b) Reclamação administrativa.
- c) Pedido de reconsideração.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2012

- d) Recurso administrativo ou hierárquico.
- e) Pedido de restauração.

24. Dentre as alternativas de hipótese de controle político da administração, é incorreto afirmar que:

- a) A competência exclusiva do Congresso Nacional e do Senado para apreciar, *a priori* ou *a posteriori*, os atos do Poder Executivo. A decisão, nesses casos, expressa-se por meio de autorização ou aprovação contida em decreto legislativo ou resolução.
- b) A convocação de Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado, bem como por qualquer de suas comissões, para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção.
- c) O encaminhamento de pedidos escritos de informação, pelas Mesas da Câmara e do Senado, dirigidos aos Ministros ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, que deverão responder no prazo de 15 dias, sob pena de crime de responsabilidade.
- d) A apuração de irregularidades pelas Comissões Parlamentares de Inquérito.
- e) A competência do Senado Federal para processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes das Forças Armadas, nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; a competência para processar e julgar os Ministros do STF, o Procurador-Geral da República e o Advogado Geral da União, nos crimes de responsabilidade.

25. Quanto à atividade controlada, a fiscalização abrange a contábil, a financeira, a orçamentária, a operacional e a patrimonial. Os aspectos controlados compreendem, excetuando-se:

- a) Controle de legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações.
- b) Controle de legitimidade, que a Constituição tem como diverso da legalidade, admitindo, assim, exame de mérito.
- c) Controle de economicidade, que não envolve questão de mérito, mas para verificar se o órgão procedeu, na aplicação da despesa pública, de modo mais econômico.
- d) Controle de fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos.
- e) Controle de resultados de cumprimento de programas de trabalho e de metas, expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2012

26. O controle externo compreende algumas funções, exceto:

- a) Fiscalização financeira propriamente dita, quando faz inquéritos, inspeções e auditorias; quando fiscaliza a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao DF ou a Município.
- b) De consulta, quando emite parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- c) De informação, quando as presta ao Congresso Nacional, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.
- d) De julgamento, quando julga as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos e as contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário, exercendo, assim, uma função jurisdicional.
- e) Sancionatórias, quando aplica aos responsáveis, nos casos de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

27. Acerca da Responsabilidade Civil da Administração, é correto afirmar que:

- a) No que concerne às modalidades de responsabilidade objetiva, o direito brasileiro adotou a Teoria da Culpa Administrativa.
- b) Segundo a Teoria do Risco Administrativo, apenas existindo o fato do serviço já é presumida a culpa da Administração.
- c) Segundo a Teoria do Risco Administrativo, a Administração, inexoravelmente, tem a obrigação de indenizar o particular.
- d) A Teoria do Risco Integral representa uma exacerbação da responsabilidade civil da Administração.
- e) A responsabilidade pelos danos causados por atos de terceiros ou fenômenos da natureza é do tipo objetiva.

28. Acerca do Direito Processual Civil, é incorreto afirmar que:

- a) Se o réu, reconhecendo o fato em que se fundou a ação, outro lhe impuser impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, este será ouvido no prazo de 10(dez) dias.
- b) O ônus da prova incumbe ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
- c) A confissão espontânea pode ser feita pela própria parte, ou por mandatário com poderes especiais.
- d) O juiz pode ordenar que a parte exiba documento que se ache em seu poder. Caso o documento esteja em poder de terceiro, o juiz mandará citá-lo para responder no prazo de 10 (dez) dias.
- e) Os extratos digitais de bancos de dados, públicos e privados, ainda que não atestados pelo seu emitente, fazem a mesma prova que os originais.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2012

29. Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de:

- a) Permissionárias.
- b) Autarquias.
- c) Fundações públicas.
- d) Fundações privadas.
- e) Empresas públicas.

30. O prazo, a partir da notificação judicial, para o titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, é de:

- a) 10 dias.
- b) 15 dias.
- c) 30 dias.
- d) 20 dias.
- e) 8 dias.

31. Acerca da lei 12.016, de 7 de agosto de 2009, é incorreto afirmar:

- a) Será decretada a perempção ou caducidade da medida liminar **ex officio** ou a requerimento do Ministério Público quando, concedida a medida, o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo ou deixar de promover, por mais de 5 (cinco) dias úteis, os atos e as diligências que lhe cumprirem.
- b) Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.
- c) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- d) O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- e) A sentença que conceder o mandado de segurança pode ser executada provisoriamente, salvo nos casos em que for vedada a concessão da medida liminar.

32. Pela sua natureza, são causas excluídas da competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (lei 9.009/95), exceto:

- a) Relativas a acidentes de trabalho.
- b) Falimentar.
- c) Fiscal.
- d) De interesse da Fazenda Pública.
- e) As que figurem como parte microempresas.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2012

33. Sobre a lei 9.099/95, é incorreto afirmar que:

- a) Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.
- b) Apenas os atos considerados essenciais serão registrados resumidamente, em notas manuscritas, datilografadas, taquigrafadas ou estenotipadas. Os demais atos poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente, que será inutilizada após o trânsito em julgado da decisão.
- c) A contestação, que será oral ou escrita, conterà toda matéria de defesa, inclusive arguição de suspeição ou impedimento do juiz.
- d) É lícito formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação.
- e) Registrado o pedido, independentemente de distribuição e autuação, a Secretaria do Juizado designará a sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de quinze dias.

34. Podem ser partes, figurando como réis, no Juizado Especial Federal Cível, exceto:

- a) As autarquias.
- b) A União.
- c) As fundações.
- d) Empresas públicas federais.
- e) As sociedades de economia mista.

35. O Termo de Inscrição de Dívida Ativa deverá conter, exceto:

- a) O nome do devedor, excetuando-se os coresponsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência.
- b) O valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
- c) A origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida.
- d) A indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo.
- e) O número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

36. É incorreto afirmar que execução fiscal poderá ser promovida contra:

- a) O espólio.
- b) A massa.
- c) O responsável, nos termos da lei, por dívidas, tributárias ou não, de pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado.
- d) Os sucessores a qualquer título.
- e) Autarquia.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2012

37. É correto afirmar acerca da lei 8.437/92, exceto:

- a) Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.
- b) O Presidente do Tribunal poderá ouvir o autor e o Ministério Público, em quarenta e oito horas.
- c) Para garantir a parte seu direito, poderá o juiz, conceder a medida liminar quando houver fundado receio de que uma parte poderá causar ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação.
- d) Não será cabível medida liminar contra atos do Poder Público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar preventiva, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de segurança, em virtude de vedação legal.
- e) Não será cabível, no juízo de primeiro grau, medida cautelar inominada ou a sua liminar, quando impugnado ato de autoridade sujeita, na via de mandado de segurança, à competência originária de tribunal.

38. Está dentre os princípios que norteiam o Direito Penal Brasileiro constitucionalmente explícito:

- a) Princípio da intervenção mínima.
- b) Princípio da fragmentariedade.
- c) Princípio da responsabilidade pessoal.
- d) Princípio da culpabilidade.
- e) Princípio da proporcionalidade.

39. Quanto ao Direito Penal Brasileiro, é correto afirmar que:

- a) Adota-se o princípio da legalidade material.
- b) É autorizada a edição de medidas provisórias em matéria de direito penal.
- c) O fenômeno da ultratividade em matéria penal não é admitido no Brasil.
- d) Em se tratando de crime hediondo, não há progressão de regime.
- e) A lei inconstitucional prejudicial ao réu pode, a todo momento, ser impugnada e revista, ainda que a decisão já tenha transitado em julgado.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2012

40. É incorreto afirmar acerca da lei 9.615/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente:

- a) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente, conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.
- b) Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
- c) Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará a situação econômica do infrator, no caso de multa.
- d) As penas restritivas de direitos são autônomas, mas não substituem as privativas de liberdade, ainda que se trate de crime culposos.
- e) As penas de interdição temporária de direito são a proibição de o condenado contratar com o Poder Público, de receber incentivos fiscais ou quaisquer outros benefícios, bem como de participar de licitações, pelo prazo de cinco anos, no caso de crimes dolosos, e de três anos, no de crimes culposos.

41. São considerados, no rol elencado na lei de crimes hediondos, os seguintes crimes, exceto:

- a) Epidemia com morte como resultado.
- b) Extorsão qualificada pela morte.
- c) Latrocínio.
- d) Extorsão mediante sequestro e na forma qualificada.
- e) Tráfico de entorpecentes.

42. A lei 9.296/96, que regulamenta dispositivo constitucional acerca de interceptações telefônicas, tem, dentre seus dizeres, exceto:

- a) Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.
- b) O pedido de interceptação de comunicação telefônica conterà a demonstração de que a sua realização é necessária à apuração de infração penal, com indicação dos meios a serem empregados.
- c) Excepcionalmente, o juiz poderá admitir que o pedido seja formulado verbalmente, desde que estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação, caso em que a concessão será condicionada à sua redução a termo.
- d) O juiz, no prazo máximo de quarenta e oito horas, decidirá sobre o pedido.
- e) A decisão será fundamentada, sob pena de nulidade, indicando também a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por igual tempo, uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2012

43. O Estatuto do Idoso é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Suas garantias de prioridade compreendem, exceto:

- a) Priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, inclusive dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência.
- b) Capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos.
- c) Estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento.
- d) Garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.
- e) Prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.

44. É incorreto afirmar sobre a ordem tributária nacional:

- a) Cabe à lei ordinária dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- b) Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- c) A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
- d) É vedado à União cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu.
- e) É vedado à União exigir tributos sem lei que o estabeleça.

45. O sistema tributário brasileiro compreende tributos de diversas espécies. Em regra, quando uma pessoa jurídica de natureza industrial vende produto a empresa comercial, sobre essa operação incide:

- a) Taxas e impostos.
- b) Apenas contribuições sociais.
- c) Impostos e contribuições sociais.
- d) Taxas e contribuições sociais.
- e) Apenas taxas.

46. Em relação aos segurados do RGPS e aos seus dependentes, assinale a opção correta:

- a) É devida a contribuição previdenciária sobre os valores recebidos a título de bolsa de estudo pelos médicos-residentes, dado que prestam serviço autônomo remunerado e enquadram-se, portanto, na qualidade de trabalhadores avulsos.
- b) Não se exige início de prova material para comprovação da dependência econômica de mãe para com o filho, para o fim de percepção da pensão por morte.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2012

- c) Para que o cônjuge separado judicialmente faça jus à pensão por morte, não é necessária a comprovação da dependência econômica entre o requerente e o falecido.
- d) Por expressa previsão na lei de benefícios previdenciários, o menor sob guarda é dependente de segurado do RGPS.
- e) O tempo de estudante como aluno-aprendiz em escola técnica pode ser computado para fins de complementação de aposentadoria, independentemente de remuneração e da existência do vínculo empregatício.

47. Em relação ao denominado período de graça e à comprovação de tempo de serviço/contribuição no âmbito do RGPS, assinale a opção correta:

- a) Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, até doze meses após o licenciamento, o indivíduo incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.
- b) Para fins de reconhecimento de tempo de serviço, a sentença trabalhista será admitida como início de prova material quando corroborada pelo conjunto fático-probatório dos autos, ainda que o INSS não tenha integrado a lide.
- c) Para fazer jus às vantagens garantidas em lei pelo período de graça, o segurado deve comprovar sua situação de desemprego por meio de registro em órgão do Ministério do Trabalho e Emprego.
- d) É incabível ação declaratória para o mero reconhecimento de tempo de serviço para fins previdenciários.
- e) A comprovação do tempo de serviço mediante justificação administrativa só produz efeito quando embasada em início de prova material; não se admite prova exclusivamente testemunhal, mesmo na hipótese de força maior ou caso fortuito.

48. Assinale a opção correta de acordo com as normas do direito civil no que se refere à prova.

- a) É defeso ao juiz requisitar documentos protegidos por sigilo legal.
- b) A confissão poderá ser revogada caso seja realizada com vício de consentimento.
- c) Não será reconhecida força probante ao traslado conferido por serventuário sem poderes para tanto.
- d) É aceita, no processo, a gravação de conversa por um dos interlocutores, sem o conhecimento do outro.
- e) A jurisprudência do STJ admite interceptação telefônica em sede cível.

49. Quanto às obrigações, está incorreto afirmar:

- a) Incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação a ele só imposta.
- b) Na Obrigação de dar Coisa Incerta nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação.



SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE DIREITO - 2012

- c) Na Obrigação de Fazer, se a prestação do fato tornar-se impossível sem culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação.
- d) Extingue-se a Obrigação de Não Fazer, desde que, sem culpa do devedor, torne-se-lhe impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.
- e) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou.

50. Está incorreto afirmar sobre os bens:

- a) É considerado bem para efeito legal o direito à sucessão aberta.
- b) Não perde o caráter de imóvel os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- c) Navios e aeronaves são tratados pela lei como imóveis, sujeitando-se à hipoteca.
- d) São fungíveis as coisas móveis que apresentem equivalência com outras.
- e) Constitui universalidade de direito o complexo de relações jurídicas, de várias pessoas, dotadas de valor econômico.